Bolsas
Na quarta-feira
1,23% São Paulo
3,03% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
169.186 — 167.563
29/10 30/10 3/10 4/10

Na quarta-feira
R$ 5,451
(-0,65%)

Dólar

	Últimos
27/outubro	5,350
28/outubro	5,340
29/outubro	5,387
30/outubro	5,444
3/novembro	5,487

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,119

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,61%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom interrompe ciclo de corte de juros

Na penúltima reunião do ano, opção por manter Selic a 13,75% foi unânime. Comunicado cita piora nas expectativas para inflação

» RAPHAEL PATI

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, na primeira reunião do colegiado após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pressão em torno dos juros futuros e das expectativas de inflação influenciaram a decisão dos diretores, que encerraram o ciclo de queda dos juros após cinco cortes consecutivos de 0,25 ponto percentual (p.p.). A maioria dos agentes de mercado já esperavam pela decisão.

No comunicado publicado pelo Copom, os diretores mencionam as incertezas em relação ao cenário externo que, segundo eles, se tornou "mais adverso", em razão do prolongamento dos conflitos no Oriente Médio, que voltaram a elevar os preços do barril de petróleo acima dos US$ 100. O texto também cita a "política monetária mais restritiva nas economias avançadas". Vale destacar que na semana anterior, o Federal Reserve (Fed) — banco central dos EUA — também manteve a taxa, em uma banda de 3,75% a 4% anuais.

Os diretores do BC citaram os desafios em relação ao cenário doméstico, com os indicadores recentes sobre atividade econômica e inflação que apontam para um quadro mais negativo em um futuro próximo. "O mercado de trabalho permanece resiliente, porém apresentando sinais de desaquecimento na margem. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e a média das medidas subjacentes aceleraram, situando-se acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta", destacou o colegiado.

Segundo o comitê, as expectativas de inflação para este ano e o próximo se distanciaram da meta em relação à última reunião e se encontram no patamar de 5,2% e 4,8%, respectivamente, de acordo com o relatório Focus, que reúne as estimativas do mercado financeiro. Além disso, a projeção do Copom para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no segundo trimestre de 2028 — atual horizonte relevante de política monetária — subiu para 3,5%, acima do centro da meta, já considerados os efeitos do choque no petróleo.

Neste cenário, o Copom alertou para "riscos de alta para o cenário inflacionário" e, consequentemente, de uma desancoragem da inflação. O BC enumerou quatro justificativas que reforçam essa percepção, como a desancoragem das expectativas de inflação por tempo mais prolongado, com receio sobre possíveis choques de oferta sobre o petróleo e seus derivados, além de efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e custos de energia; Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada; Políticas econômicas externas e internas podem ter impacto inflacionário maior que o esperado.

No entendimento do Banco Central, a decisão de manter a taxa Selic em 13,75% a.a., é "compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante". Mesmo assim, o colegiado preferiu não adiantar, no comunicado, quais devem ser os próximos passos adotados em relação ao controle da política monetária. "O Comitê seguirá acompanhando a evolução do cenário, para manter a restrição adequada de forma a assegurar a convergência da inflação à meta", completou.

Reações

A decisão do Copom na noite de ontem gerou críticas da ala política ligada a Lula no Congresso Nacional. Em publicação feita no X (ex-Twitter), o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que já havia feito declarações recentes contra a atuação do BC, acusou o mercado financeiro de agir pelo fim da queda da Selic após a derrota do senador Flávio Bolsonaro. "Até a sexta-feira antes das eleições os mercados precificavam vitória do Flávio Bolsonaro e queda de 0,25 na taxa Selic. Lula ganhou, e o mercado decidiu rebaixar as expectativas e apostou no freio da queda de juros. O povo vota, mas, quem manda são os barões da Faria Lima? Vergonha! Não dá pra aceitar isso", escreveu.

A manutenção da Selic também provocou uma reação instantânea do setor industrial, que manifestou descontentamento com a manutenção da Selic em patamar elevado. As entidades citam prejuízos para as famílias e para as empresas, que também convivem com endividamento crescente e os juros reais mais altos do mundo. No posicionamento publicado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente Ricardo Alban defendeu que o Copom retome o ciclo de corte dos juros já na próxima reunião, marcada para os dias 8 e 9 de dezembro. Ele destaca os prejuízos para crédito, investimentos, além da própria atividade econômica, enfraquecida com a política monetária restritiva.

"É verdade que as expectativas para a inflação pioraram, mas o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) segue dentro do intervalo da meta no chamado horizonte relevante da política monetária. É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços", destaca Alban.

Além dos prejuízos na ponta, a CNI também cita o descompasso entre as políticas monetária e fiscal desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para a entidade, a falta de sinalização sobre medidas para equilibrar as contas públicas gera desconfiança entre os credores da dívida, que passam a exigir maior retorno, além de pressionar o câmbio e contaminar as expectativas de inflação.

A confederação ainda destaca os sinais de retração nos principais setores com os juros elevados e um ambiente financeiro instável. "A manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados por um período prolongado vem endurecendo as condições de crédito, encarecendo o capital de giro e desestimulando decisões de investimento e consumo", sustenta, em nota, a entidade.

Para a economista-chefe do PicPay, Ariane Benedito, a decisão reflete a deterioração das condições prospectivas de inflação, especialmente a desancoragem das expectativas, as pressões cambiais e os choques de oferta associados ao petróleo. "Embora nosso cenário contemplasse uma última redução de 0,25 ponto percentual, a manutenção já era considerada uma alternativa de probabilidade elevada. O comunicado reforça uma postura de cautela, sem antecipar novos movimentos da taxa básica, e condiciona as próximas decisões à evolução das projeções de inflação e do balanço de riscos", avalia a especialista.

Já na visão dos estrategistas da consultoria Warren Rena, uma decisão diferente da adotada ontem poderia levar o mercado a questionar a função de reação do Banco Central e o seu compromisso de levar a inflação ao centro da meta no horizonte relevante. "Nas últimas reuniões, as projeções de inflação no modelo do BC subiram, mas o movimento era atribuído a choques de oferta, o que justificava a não-reação do Copom. Mais recentemente, a dinâmica da inflação tem sido negativa e observou-se uma série de novos riscos", sustentam.

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, que é crítico da atuação do Banco Central em relação à condução dos juros, acredita que o BC deveria adotar uma política monetária que tanto controle a inflação quanto não prejudique o ritmo da atividade econômica. "Esse será um ano em que, de acordo com o Boletim Focus, a economia brasileira crescerá menos de 2% e uma das causas é nossa taxa de juros. Um país de dimensões continentais como o Brasil, e com a necessidade de investimentos, hoje, a nossa taxa básica de juros é um impeditivo ao crescimento econômico", frisa o especialista.

Flexibilização em xeque

Após cinco quedas consecutivas de 0,25 ponto percentual, o Copom decide manter a Taxa Básica de Juros sob a justificativa de mais incerteza no cenário internacional e possibilidades de desancoragem da inflação.

TAXA SELIC
Histórico (em %)



PRINCIPAIS RISCOS PARA AUMENTO DA INFLAÇÃO, SEGUNDO O BC:

1. Desancoragem das expectativas de inflação por tempo mais prolongado, com receio sobre possíveis choques de oferta sobre o petróleo e seus derivados, além de efeitos climáticos sobre a produtividade agrícola e custos de energia;
2. Maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada;
3. Políticas econômicas externas e internas podem ter impacto inflacionário maior que o esperado, "por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada";
4. Estímulos à demanda agregada, por meio de programas do governo federal para fortalecer a atividade econômica fora dos "canais usuais de transmissão da política monetária".

Fonte: Banco Central do Brasil



> **É possível continuar diminuindo os juros em ritmo compatível com a convergência da inflação para a meta, sem impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade dos preços"**
>
> ***Ricardo Alban,***
> *presidente da CNI*

Governo publica MP com alíquotas do Imposto Seletivo para 2027

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O governo federal enviou, ontem, ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.399/2026, que trata do Imposto Seletivo (IS) do ano-calendário de 2027, conhecida como "imposto do pecado". Segundo o texto, as tarifas devem ser cobradas sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como veículos, aeronaves, embarcações, produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas.

O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e institui um regime de implementação gradual do novo tributo, previsto na Reforma Tributária, promulgada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023.

A medida ainda precisa passar por uma comissão mista, com deputados e senadores. Depois, o texto segue para o plenário da Câmara e, se aprovado, irá para análise no Senado.

A cobrança está prevista para começar em 2 de fevereiro de 2027, simultaneamente à redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

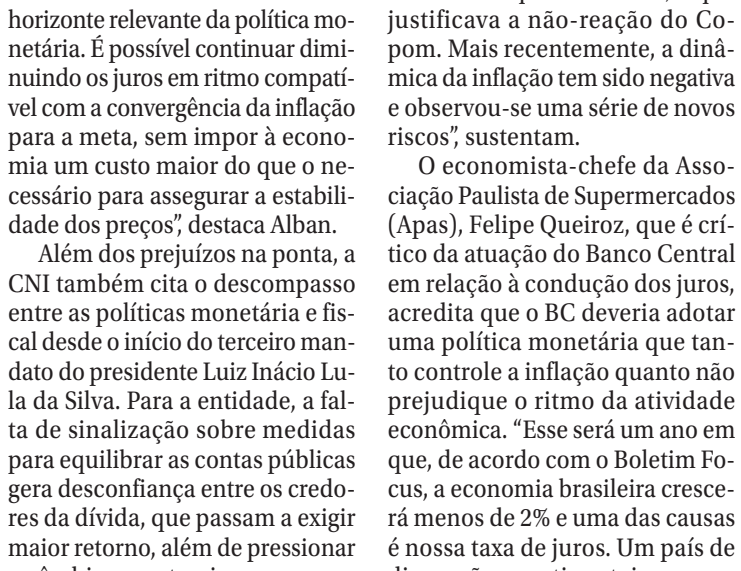
Segundo a norma, para evitar que os produtos deixem de ser tributados durante a transição, será apresentada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para prorrogar a incidência do IPI sobre esses bens até que o Imposto Seletivo produza plenamente seus efeitos. O regime estabelecido pela MP terá caráter temporário e vigorará até 31 de dezembro de 2027.

Até 31 de maio de 2027, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei com a definição das alíquotas do Imposto Seletivo que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2028.

O Imposto Seletivo integra o novo modelo de tributação sobre o consumo e tem caráter extrafiscal. Além da arrecadação, o tributo busca orientar decisões de consumo e produção, desestimulando a utilização de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Na proposta orçamentária de 2027, o governo prevê a arrecadação de R$ 41,9 bilhões com a nova tributação, o que daria cerca de R$ 3,5 bilhões por mês.

Reprodução



As bebidas alacoólicas estão entre os produtos com incidência do IS